

SUMÁRIO

Dedicatória.....	9
Agradecimentos.....	11
Prefácio.....	13
Introdução.....	17

Capítulo 1

A Justificativa para o Estudo de Caso Concreto, 19

Capítulo 2

O Caso Concreto: Manoel Menezes da Silva, 25

Capítulo 3

LOAS – O Remédio para o Caso Concreto, 33

3.1. Breve histórico da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.....	35
3.1.1. Regra-Matriz de Incidência da LOAS.....	39
3.1.2. Regra-Matriz de Incidência do Benefício Assistencial LOAS.....	40
3.1.3. Da Inconstitucionalidade da LOAS.....	41
3.2. Críticas ao Sistema Assistencial Brasileiro.....	44
3.2.1. O Direito dos Invisíveis.....	47
3.2.2. O Não-Direito.....	48
3.3. Algumas recomendações.....	50
3.3.1. Primeira recomendação.....	50
3.3.2. Segunda recomendação.....	51
3.3.3. Terceira recomendação.....	52
3.3.4. Quarta recomendação.....	53
3.3.5. Quinta recomendação.....	54
3.4. Enquadramento jurídico das recomendações acima.....	55

- 3.5. Dos princípios do Sistema Nacional de Seguridade Social pertinentes ao Caso Manoel Menezes da Silva.....56

Capítulo 4

A Evolução da Assistência Social no País, 63

- 4.1. Dos atos legislativos municipais de proteção aos moradores de rua.....67
- 4.2. Breve histórico sobre a aprovação do COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.....69
- 4.3. Projeto de Lei Municipal Para Os Moradores de rua, de Autoria De Aldaíza Sposati – n.º 545/2005.....72
- 4.4. Micronormas municipais sobre moradores de rua....72
- 4.5. A Cidade de São Paulo e seus programas de Transferência de Renda73
- 4.5.1. Renda Mínima.....74
- 4.5.2. Renda Cidadã.....74
- 4.5.3. Bolsa Família.....75
- 4.5.4. Benefício de Prestação Continuada.....75

Capítulo 5

Estudo do Caso Concreto em Face dos Direitos Humanos Internacionais, 79

- 5.1. Dos Direitos Humanos violados (Declaração Universal dos Direitos do Homem).....80
- 5.2. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica).....83
- 5.3. A saúde mental e os Direitos Humanos Internacionais...85
- 5.3.1. O Caso Damião Ximenes.....88

Capítulo 6

Requisitos para representação perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, 97

6.1. O sistema.....	99
6.1.2. O procedimento perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	99
6.1.3. A etapa da admissibilidade.....	99
6.1.4. Esgotamento dos recursos internos.....	101
6.1.5. Da indigência e a exigibilidade de esgotamento dos recursos internos.....	102
6.1.6. A etapa de exame do caso.....	104
6.1.7. Meios de defesa dos Estados acusados.....	105
6.1.8. O procedimento perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	107
6.1.9. Requisitos para peticionar à Comissão Interamericana.....	109
6.1.10. Formulário de denúncias.....	109

Capítulo 7

Possíveis Causas da Exclusão Social, 113

7.1. Classificações dos moradores de rua.....	114
---	-----

Capítulo 8

O Dever Constitucional do Estado Brasileiro em Promover a Inclusão Social, 125

8.1. O Constitucionalismo no Estado Social.....	126
8.2. Consagração do direito à dignidade humana na Constituição Federal de 1988.....	128
8.3. A dignidade violada no Caso Manoel M. da Silva.....	131
8.4. Visão sistemática da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, sob a visão do desenvolvimento social.....	133

8.5. O problema das constituições principiológicas e programáticas.....	134
---	-----

Capítulo 9

O Direito dos Pobres, 141

9.1. Os pobres como sujeitos de direitos.....	143
---	-----

Capítulo 10

Desenvolvimento Social versus Crescimento Econômico, 145

10.1. O verdadeiro desenvolvimento.....	149
10.2. Razões macroeconômicas.....	153
10.2.1. A dívida externa e suas seqüelas.....	155
Conclusões.....	157
Bibliografia.....	171
Sites consultados e artigos eletrônicos.....	174
Anexos.....	177
LEI Nº 8.742 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS.....	225
LEI Nº 10.741 DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – ESTATUTO DO IDOSO.....	245
LEI Nº 12.316 DE ABRIL DE 1997 – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	281
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA).....	286